

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

EXERCÍCIO DE 2025



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de Dezembro de 2025

MARÇO/2026

SUMÁRIO

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.....	7
2.1 – ATIVO.....	7
2.2 – PASSIVO.....	8
3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 2025 E 2024	9
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores da

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2026.

Alexandre dos Santos Valente
Sócio – Responsável
Contador - CRC/RS nº. 052.679/O-0-S-SP
CNAI 3.330

Vinicius Scherer
Sócio - Responsável Técnico
Contador-CRC/RS nº. 070.381/O-0

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM
31/12/2025**

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

2.1 – ATIVO

	NE	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	464.633.913,29	336.945.386,21
Mensalidades a Receber	5-a	261.962.384,14	262.146.528,70
Crédito Educativo a Receber	5-b	10.151.159,71	44.452.772,35
Contas Hospitalares	5-c	117.092.034,48	99.286.472,12
Outras Contas a Receber	6	85.519.930,53	105.468.734,26
Subvenções a Receber com Restrição	16-a	119.908.933,21	155.662.836,60
Estoques	7	19.208.277,30	16.147.479,12
Despesas Antecipadas		1.142.698,25	1.450.253,63
		R\$ 1.079.619.330,91	R\$ 1.021.560.462,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários		9.842.246,85	9.832.632,36
Mensalidades a Receber	5-a	21.791.774,66	12.747.673,33
Créditos Educativos a Receber	5-b	197.605.809,90	196.984.705,85
Despesas Antecipadas		1.832.916,76	1.936.666,72
Outras Contas a Receber	6	9.335.558,90	21.867.654,31
Investimentos		276.672,44	276.672,44
Imobilizados	8	801.307.044,76	774.749.092,44
Custo Corrigido		1.354.352.873,03	1.282.708.305,67
Depreciação Acumulada	-	553.045.828,27	507.959.213,23
-		1.041.992.024,27	1.018.395.097,45
TOTAL DO ATIVO		R\$ 2.121.611.355,18	R\$ 2.039.955.560,44

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais)

2.2 – PASSIVO

	NE	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		194.680.418,89	188.812.216,73
Salários a Pagar		28.971.729,63	27.656.097,63
Obrigações Sociais		25.122.547,42	23.733.321,45
Obrigações Fiscais		1.843.177,63	1.921.923,70
Provisão de Férias		71.525.971,11	67.331.181,84
Empréstimos e Financiamentos	9	39.097.429,62	40.199.794,81
Subvenções a Realizar C/Restrição	16-b	289.769.412,29	256.911.262,55
Outras Obrigações		3.201.541,90	4.290.090,91
Receitas a Apropriar	11	117.885.692,22	119.920.756,86
		772.097.920,71	730.776.646,48
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		23.591.111,83	24.565.228,90
Empréstimos e Financiamentos	9	103.169.611,20	132.285.274,49
Provisão para Contingências	10	101.123.032,56	85.111.659,99
Bens em Comodato		609.614,40	609.614,40
Outras Obrigações		11.126.322,66	9.746.958,19
Receitas a Apropriar	11	28.560.525,34	36.871.487,18
-		268.180.217,99	289.190.223,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	15	797.334.069,92	674.418.244,90
Reserva de Reavaliação		222.654.620,89	227.210.245,09
Superávit do Período		61.344.525,67	118.360.200,82
-		1.081.333.216,48	1.019.988.690,81
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 2.121.611.355,18	R\$ 2.039.955.560,44

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 2025 E 2024

	NE	31/12/2025	31/12/2024
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.521.942.262,25	1.415.865.532,33
Receitas de Serviços - Ensino	17	937.472.985,47	884.957.515,01
Receitas Área de Saúde - Hospital	17	584.469.276,78	530.908.017,32
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		170.885.254,36	166.799.347,89
Programa de Benefício/PROUNI	12	83.371.180,65	82.218.262,71
Outros Benefícios	12	72.416.242,73	66.422.242,69
Devoluções/Cancelamentos		15.097.830,98	18.158.842,49
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		1.351.057.007,89	1.249.066.184,44
(-) CUSTO PROD/MERC/SERVIÇOS		1.198.285.167,42	1.094.059.149,01
Pessoal e Encargos		669.748.898,96	618.538.470,71
Materiais		209.948.992,69	172.276.977,77
Gratuidade Usufruida	12 e 14	153.902.760,18	135.134.771,02
(-) Gratuidade Recebida	12 e 14	-153.902.760,18	-135.134.771,02
Gastos de Operações e Serviços		318.587.275,77	303.243.700,53
(=) SUPERAVIT OPERACIONAL BRUTO		152.771.840,47	155.007.035,43
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		267.399.560,86	218.638.692,76
Gastos com Manutenção		116.113.743,36	105.912.248,29
Assistência Social	13	141.379,66	208.466,76
Depreciação	8	46.647.851,23	42.422.948,76
Perdas Estimadas em C.L. Duvidosa	3-g	46.151.490,90	15.592.474,50
Provisão Para Contigência	3-g	36.581.634,15	26.284.232,02
Despesas de Subvenção com Restrição	3-h	21.763.461,56	28.218.322,43
(+) SUPERAVIT FINANCEIRO		34.518.523,09	23.258.458,85
(-) Despesas Financeiras	19	40.007.167,60	36.889.993,98
(+) Receitas Financeiras	19	74.525.690,69	60.148.452,83
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		141.453.722,97	158.733.399,30
Convênios - Ensino		4.910.105,88	6.804.274,92
Receitas de Subvenção C/Restrição	3-h	21.763.461,56	28.218.322,43
Outras Receitas	20	114.780.155,53	123.710.801,95
(=) SUPERÁVIT OPERACIONAL LIQUIDO		61.344.525,67	118.360.200,82

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA REAVALIAÇÃO	SUPERÁVIT DO PERÍODO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2023	R\$ 611.470.759,14	R\$ 232.019.449,33	R\$ 58.138.281,52	R\$ 901.628.489,99
Incorporação do Resultado	58.138.281,52	-	58.138.281,52	-
Realização da Reserva de Reavaliação	4.809.204,24	- 4.809.204,24		-
Superávit do Período			118.360.200,82	118.360.200,82
Saldo em 31/12/2024	R\$ 674.418.244,90	R\$ 227.210.245,09	R\$ 118.360.200,82	R\$ 1.019.988.690,81
Incorporação do Resultado	118.360.200,82		-R\$ 118.360.200,82	-
Realização da Reserva de Reavaliação	4.555.624,20	- 4.555.624,20		-
Superávit do Período			61.344.525,67	61.344.525,67
Saldo em 31/12/2025	R\$ 797.334.069,92	R\$ 222.654.620,89	R\$ 61.344.525,67	R\$ 1.081.333.216,48

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Período	61.344.525,67	118.360.200,82
Ajuste para Conciliar o Superávit do Exercício às Atividades Operacionais:		
Depreciação e Amortização	46.647.851,23	42.422.948,76
Custo de Bens Baixados e Incorporação de Bens - Projetos de Pesquisa	1.625.633,84	31.568.751,32
Assistencia Recebida/ doações e subvenções	-26.715.953,66	-41.577.848,19
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	34.910.449,66	6.784.268,77
Provisão para Contingências	16.011.372,57	-828.160,70
Juros Apropriados	21.336.625,19	19.759.057,08
Variações no Ativo e Passivo		
Aumento/Redução de Fornecedores	4.894.085,09	-753.514,48
Aumento/Redução em Contas a Pagar	-3.234.309,85	20.659.772,07
Aumento em Contas a Receber	-17.955.908,22	-65.023.931,85
Aumento/Redução em Estoques	-3.060.798,18	-993.131,24
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	135.803.573,34	130.378.412,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições	-48.115.483,73	-39.142.930,15
Recebimento pela Venda de Ativo Imobilizado	22.952.652,50	15.000.000,00
Transferência de Aplicações do Longo Prazo	-9.614,49	-9.832.632,36
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	- 25.172.445,72 -	33.975.562,51
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	6.100.000,00	28.900.000,00
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-40.305.849,68	-40.908.326,74
Juros Pagos	-17.348.803,99	-14.863.614,63
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	- 51.554.653,67 -	26.871.941,37
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE CONVÊNIOS		
	68.612.053,13	21.801.040,29
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	127.688.527,08	91.331.948,77
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período:	336.945.386,21	245.613.437,44
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Período:	464.633.913,29	336.945.386,21
TOTAL LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	127.688.527,08	91.331.948,77

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA

6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Contexto Operacional

A União Brasileira de Educação e Assistência, fundada em 11 de setembro de 1963, é uma pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil beneficente de assistência social, comunitária, filantrópica, sem fins lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social e reconhecida pelos Decretos de Utilidade Pública Estadual nº 16914/64 e Federal de 27 de março de 1992. Conforme seu Estatuto Social, tem por finalidade promover a assistência social, incluídas a educação - preferencialmente a educação superior, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia, a integração ao mercado de trabalho e outras atividades beneficentes, de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Na promoção de assistências social a UBEA também executa serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de forma gratuita e de caráter contínuo, permanente e planejado. No cumprimento do Artigo 14º do CTN e conforme Artigo 5º, do seu Estatuto, a UBEA não remunera nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada e emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, bem como em conformidade com a Lei 6.404/76, considerando as alterações introduzidas na Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

As práticas contábeis mencionadas foram baseadas na resolução referida, e quando não previsto nessa resolução, levaram em consideração os pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas que as integram, estão apresentadas em reais.

A Administração da Instituição aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 31/03/2026.

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão abaixo definidas, e se aplicam a todos os exercícios apresentados.

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

b) **Mensalidade e Contas Hospitalares a Receber:**

São decorrentes dos serviços prestados nas atividades de ensino e de saúde, até a data do balanço. As mensalidades a receber são decorrentes basicamente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial e online, tendo a modalidade EAD, correspondente reflexo, nas rubricas de Receitas a Apropriar. As contas hospitalares a receber são decorrentes de serviços de internações, atendimentos ambulatoriais, exames clínicos e demais serviços na área da saúde.

c) **Estoques:**

Estão avaliados pelo custo médio ponderado, não superando o preço corrente de mercado.

d) **Imobilizado:**

É demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de correção monetária até 31/12/1995 e reavaliações posteriores, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada por método linear, para que os custos sejam alocados aos seus valores residuais, observando a vida útil estimada.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, foi mantido o valor contábil da reavaliação, sendo que sua realização é reconhecida por intermédio das quotas de depreciação dos imóveis que lhe deram origem ou quando da alienação dos respectivos ativos.

e) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos da Entidade não estão registrados por valores superiores àqueles passíveis de recuperação pelo uso ou por venda, não sendo necessários registros contábeis decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos.

f) **Empréstimos e Financiamentos:**

Os empréstimos e financiamentos, são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos das transações, demonstrados pelo custo amortizado, até a data das demonstrações financeiras, sendo as variações entre os valores captados e pagos reconhecidas no resultado do período em que estejam vigentes, utilizando as taxas de juros estabelecidas em contrato, classificados como passivo circulante ou não circulante, conforme as respectivas datas de liquidação.

Os custos de empréstimos vinculados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que necessitam de um período maior para serem concluídos e estarem disponíveis para uso ou venda, são registrados como parte do custo do ativo, quando for provável que irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

g) Provisões:

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização destes ativos, considerando-se os riscos envolvidos, as experiências passadas, os processos de recebimento em andamento, bem como pelas estimativas apresentadas pelos assessores jurídicos.

As provisões para contingências são constituídas como base em eventos passados, onde seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, com uma futura saída de recursos, para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a legislação vigente, as jurisprudências e decisões mais recentes sobre os assuntos, bem como avaliações periódicas dos advogados internos e externos.

h) Doações e Subvenções:

Representados por termos, convênios e parcerias, onde os recursos são advindos dos governos federal, estadual e municipal, sendo tais recursos utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, aplicados no mercado financeiro, sendo a totalidade das receitas financeiras, quando permitido, revertida para o próprio projeto.

As doações e subvenções para investimentos foram registradas nas respectivas contas do ativo imobilizado, tendo como contrapartida conta retificadora do próprio grupo, ocorrendo o reconhecimento da receita, pela realização da depreciação dos itens, ou quando atendidas as condicionantes dos doadores. Enquanto mantidas como redutoras do ativo imobilizado, a depreciação é reconhecida em conta retificadora da despesa com depreciação.

As entradas e saídas de recursos por meio desses repasses são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência, em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras referem-se a títulos de alta liquidez, não estando sujeitos a risco de mudança de valor, podendo ter resgate imediato. A Administração da Entidade não pretende resgatar os valores antes dos seus vencimentos, sendo a composição a seguinte:

	2025	2024
Caixa e Bancos - Contas Movimento	1.837.292,54	2.277.183,44
Bancos Convênios com Restrição (*)	181.976.949,74	107.033.601,74
Aplicações Financeiras – Renda Fixa (**)	280.819.671,01	227.634.601,03
Total	464.633.913,29	336.945.386,21

(*) As aplicações dos recursos comprometidos, estão direcionadas a Renda Fixa, conforme estabelecido na legislação vigente.

(**) As aplicações financeiras, referem-se substancialmente a operações pós-fixadas lastreadas, remuneradas a um percentual do CDI (40,78%), IPCA (22,57%) e outros (36,65%) podendo ser resgatadas a qualquer tempo, a preços e taxas de mercado.

5. Contas a Receber

a) Mensalidades a Receber

CURTO PRAZO	2025	2024
Mensalidade Graduação	17.836.540,23	19.181.669,70
Mensalidade Pós-Graduação Online	244.826.799,62	257.871.178,04
Mensalidade Graduação Online	21.305.729,99	16.919.525,76
Mensalidade Cursos Extensão	1.012.924,74	1.062.608,43
Mensalidade Pós-Graduação	11.171.989,35	10.799.067,18
(-) Perda Estimadas C.L Duvidosa Educação	-34.191.599,79	- 43.687.520,41
Total	261.962.384,14	262.146.528,70
LONGO PRAZO		
Mensalidade Pós-Graduação Online	20.840.520,82	11.549.900,13
Mensalidade Pós-graduação	951.253,84	1.197.773,20
Total	21.791.774,66	12.747.673,33

b) Crédito Educativo a Receber

CURTO PRAZO	2025	2024
Crédito Educativo a Receber	70.619.668,49	78.175.460,02
(-) Perda Estimadas C.L Duvidosa Educação	-60.468.508,78	-33.722.687,67
Total	10.151.159,71	44.452.772,35
LONGO PRAZO		
Crédito Educativo a Receber	197.605.809,90	196.984.705,85
Total	197.605.809,90	196.984.705,85

c) Contas Hospitalares

CURTO PRAZO	2025	2024
Contas Hospitalares Sus	20.286.465,09	14.584.274,21
Contas Hospitalares Particulares	18.009.421,28	16.312.570,83
Contas Hospitalares Convênios	177.928.573,76	157.130.890,83
Contas Hospitalares Pesquisa	1.856.015,88	1.687.869,50
(-) Provisão para Glosas em Andamento	-73.842.004,66	- 69.345.572,49
(-) Perda Estimadas C.L Duvidosa Saúde	-27.146.436,87	- 21.083.560,76
Total	117.092.034,48	99.286.472,12

6. Outras Contas a Receber

CURTO PRAZO	2025	2024
Aluguéis A Receber	8.467.732,80	7.335.366,00
Duplicatas A Receber	7.997.795,77	5.409.815,04
Contratos De Confissão De Dívida	43.610.981,73	38.357.761,11
Outras Contas A Receber	8.193.279,76	9.480.442,14
Cartão De Crédito	37.136.632,27	40.313.510,76
Adiantamentos	3.065.938,58	3.374.070,37
Importação Em Andamento	2.979.985,45	5.388.812,66
Cheques A Receber	244.577,49	935.623,94
Devedores Por Venda de Ativo	4.047.347,50	13.500.000,00
(-) Perda Estimadas C.L Duvidosa Educação	-30.224.340,82	- 18.626.667,76
Total	85.519.930,53	105.468.734,26

LONGO PRAZO

Depósitos Judiciais	2.405.155,69	2.445.026,95
Verbas Indenizatórias	6.548.143,14	5.498.197,02
Devedores Por Venda de Ativo		13.500.000,00
Outras Contas A Receber	382.260,07	424.430,34
Total	9.335.558,90	21.867.654,31

7. Estoques

A Entidade monitora a valorização dos estoques, analisando tempo de permanência e capacidade de realização, não havendo evidências para constituir provisão. A composição é a seguinte:

	2025	2024
Materiais de Consumo e Hospitalares - Área da Saúde	12.780.104,95	10.781.330,13
Materiais de Consumo – Área da Educação	3.526.962,91	2.867.386,56
Produtos – Área da Educação	1.004.988,79	1.111.091,56
Produtos/Insumos – Outras Área da Saúde	1.896.220,65	1.387.670,87
Total	19.208.277,30	16.147.479,12

8. Imobilizado e Intangível

CONTA CONTÁBIL	SALDO EM 31/12/2024	AQUIS. DO PERÍODO	TRANSFE-RÊNCIAS	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	BAIXA DE AQUISIÇÃO	BAIXA DA DEPRECIÇÃO	SALDO EM 31/12/2025	Depreciação % a.a. (*)	Vida Útil
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	58.572.123,58	54.771.443,10	28.438.460,30		200.449,72		85.105.556,10		
ACERVO	662.910,24		92.096,22				755.006,46		
TERRENOS	99.860.949,73						99.860.949,73		
PRÉDIOS	438.374.075,68	5.673.260,80	1.229.760,30	- 16.093.902,82	- 3.614.710,66	3.322.741,26	428.891.224,56	2,70	37
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	135.289.718,24	20.295.427,47	9.600.248,57	- 20.977.273,43	- 4.605.245,25	3.416.257,67	143.019.133,27	9,16	11
VEÍCULOS	1.166.709,80	524.125,75	100.798,62	- 319.877,41	- 123.525,90	122.692,59	1.470.923,45	12,81	8
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	13.351.640,37	2.071.192,48	192.185,48	- 2.396.387,80	- 524.884,61	468.088,39	13.161.834,31	6,28	16
MATERIAL DIDÁTICO	377.183,46	8.432,67	0,41	- 66.630,95	- 455.076,86	454.062,00	317.970,73	10,00	10
MATERIAL DE INFORMÁTICA	28.119.575,20	10.382.163,85	828.574,33	- 116.111,52	4.435.223,10	4.149.062,30	31.928.041,06	12,53	8
BIBLIOTECA	47.065.101,12		27.101,00				47.092.202,12		
INFRAESTRUTURA	7.720.907,02	4.156.379,68	4.916.175,08	- 1.485.932,86		0,01	15.307.528,93	5,51	18
SOFTWARE	21.684.439,79	2.798,59	11.451.520,29	- 8.563.402,17			24.575.356,50	20,00	5
PERIFÉRICOS	1.406,48						1.406,48	33,33	3
BENS DE SUBVENÇÃO	77.497.648,27	- 49.769.740,66		10.371.667,73	26.715.632,26		- 90.180.088,94	(**)	
Total Geral	774.749.092,44	48.115.483,73		- 46.647.851,23	13.157.415,60	11.932.904,22	801.307.044,76		100

(*) Taxa média de depreciação, definida por grupo/tipos de itens, considerando a média de utilização/baixa na operacionalidade da Entidade.

(**) Bens de Subvenções, depreciados conforme as taxas aplicáveis aos bens, em cada contas de origem.

As Imobilizações em andamento referem-se a obras e equipamentos, com expectativa de término no decorrer do exercício seguinte.

9. Empréstimos e Financiamentos

Os financiamentos estão direcionados principalmente, a área da saúde, segregados conforme os respectivos vencimentos e atualizados até a data do balanço, pelos índices apontados em cada contrato, estando garantidos por avais de administradores, cauções, carta fiança e alienações de bens.

A Entidade possui contrato de financiamento que prevê o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*), que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem para cobertura de pagamentos de principal e encargos, com o objeto garantidor da dívida, caso ocorra o descumprimento das cláusulas. A Entidade está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2025.

Instituição	Encargos	Finalidade	Vencimento	C. Prazo R\$	L. Prazo R\$	Total R\$
FINEP	TR + 3% a.a	Investimentos	04/07/2040		15.026.212,35	15.026.212,35
FINEP	TJPL - 0,5% a.a	Investimentos	15/08/2030	7.271.798,85	26.663.262,44	33.935.061,29
HSBC/BRADESCO	0,116% *m + Var. CDI	Capital de Giro	15/06/2026	7.502.639,89	-	7.502.639,89
SANTANDER- TOMOGRAFO	18,09% a.a / 1,40% a.m	Investimentos	11/01/2027	472.448,13	36.137,02	508.585,15
SANTANDER	CETIP + 0,2052% a.m	Capital de Giro	04/01/2029	23.850.542,75	49.688.630,74	73.539.173,49
MÚTUO PMBSA	Var. CDI	Capital de Giro	10/01/2031		11.755.368,65	11.755.368,65
Total				39.097.429,62	103.169.611,20	142.267.040,82

10. Provisão para Contingências

A Entidade responde a diversas ações cíveis e trabalhistas, sendo o provisionamento, baseado na totalidade dos processos vigentes, conhecidos pela Instituição, observando as médias históricas de perdas nos períodos anteriores, assim como os casos com provisionamento integral, recomendados pelos assessores jurídicos, que acompanham o andamento destes processos, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é considerado suficiente para fazer frente a essas contingências.

	2025	2024
Trabalhistas	72.530.907,96	63.017.890,17
Cíveis	28.592.124,60	22.093.769,82
Total	101.123.032,56	85.111.659,99

11. Receitas a Apropriar

Correspondem a receitas futuras, pela cessão onerosa no uso de espaço físico na operação de estacionamento, cuja vigência é até o ano de 2031 e Receitas a Apropriar, de mensalidades de Graduação, Pós-Graduação e serviços, distribuídas conforme a seguir:

CURTO PRAZO	2025	2024
Operação de Estacionamento	6.860.157,92	6.860.157,92
Mensalidades	104.928.884,51	108.192.124,33
Outras Receitas a Apropriar	6.096.649,79	4.868.474,61
Total	117.885.692,22	119.920.756,86
LONGO PRAZO		
Operação de Estacionamento	28.055.671,34	34.915.829,18
Outras Receitas a Apropriar	504.854,00	1.955.658,00
Total	28.560.525,34	36.871.487,18

12. Gratuidade na Educação

A União Brasileira de Educação e Assistência - UBEA, está em pleno gozo da imunidade tributária, garantida pela Constituição Federal de 1988, atendendo as exigências concernentes às instituições portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, desenvolvendo programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente, às áreas da educação, da saúde e da assistência social, onde na Educação Superior, as bolsas de estudo e reduções concedidas a alunos, atingiram R\$ 155.787.423,38 (R\$ 148.640.505,40 em 2024).

A isenção da cota patronal na Educação e demais Atividades Sustentáveis, montou em R\$ 93.878.487,93 (R\$ 82.861.631,66 em 2024), tendo a isenção da COFINS, representado R\$ 4.902.745,16 (R\$ 4.103.112,07 em 2024), registrada nas contas de resultado.

A aplicação em gratuidade é realizada por meio da concessão de bolsas pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI), conforme o art. 18 da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, onde estes benefícios em gratuidade, total ou parcial, para alunos, alcançaram, no ano de 2025, o valor de R\$ 83.371.180,65 (R\$ 82.218.262,71 em 2024), tendo sido concedidos ainda, outros benefícios a alunos, com recursos próprios, no valor de R\$ 72.416.242,73 em 2025 (R\$ 66.422.242,69 em 2024), assim como serviços de assistência social em 2025, no valor de R\$ 141.379,66 (R\$ 208.466,76 em 2024).

O cálculo da gratuidade, está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, com base na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

Conforme art. 24 da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, os alunos pagantes são o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, conforme a seguir:

Alunos Pagantes = nº de alunos matriculados, excluindo o número de alunos com bolsa integral que se enquadram nos critérios da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, excluindo o número de alunos com bolsa integral que não se enquadram nos critérios da referida Lei, e excluindo o número de alunos inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento.

A ponderação das bolsas integrais e parciais foram aplicadas conforme o critério descrito a seguir:

- a. Bolsa integral, 100% (cem por cento) - peso 1,0;
- b. Bolsa parcial, 50% (cinquenta por cento) - peso 0,5;
- c. Os cálculos do atendimento da proporção de 1/9, conforme o art. 20 da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, e da proporção de 1/5, conforme o inciso III, do art. 13 da referida Lei.

A aplicação em gratuidade, na Educação Superior, nos exercícios de 2025 e 2024, é demonstrada por meio da concessão de bolsas integrais, de 100% (cem por cento), a alunos cuja renda familiar mensal não exceda 1 e ½ (um e meio) salário-mínimo, e parciais, de 50% (cinquenta por cento), concedidas a alunos cuja renda familiar mensal não exceda 3 (três) salários-mínimos, respectivamente, conforme disposto no art. 19, da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, e no art. 1º da Lei n. 11.096, de 13/01/2005, sendo demonstrado no quadro a seguir:

Demonstrativo de Gratuidades EDUCAÇÃO - 2025	Quantidade		
	1º Sem.	2º Sem.	
Total de alunos matriculados	(+)	14.608	14.050
Bolsas Integrais não enquadradas na LC nº 187/2021	(-)	-390	-406
Bolsas Integrais conforme LC nº 187/2021 (PROUNI)	(-)	-2.166	-2.139
Bolsas Integrais conforme LC nº 187/2021 (Programa Próprio)	(-)	-206	-266
Alunos inadimplente + 90 dias não matriculados no semestre seguinte	(-)	-265	-477
Alunos Pagantes	(=)	11.581	10.762
Bolsas Concedidas			
PROUNI c/Bolsa Integral (peso 1,0)	(+)	2.166	2.129
PROUNI c/Bolsa Integral (peso 1,0) – Suspensas no SISPROUNI	(+)	353	369
Bolsas Integrais conforme LC nº 187/2021 (Programa Próprio)	(+)	206	266
Total de Alunos PROUNI com Bolsa Integral	(=)	2.725	2.774
Proporção 1/9			
Exigência na Proporção 1/9 – N° de Alunos Pagantes Dividido por 9	(-)	1.287	1.196
Total de Alunos PROUNI c/Bolsa Integral	(+)	2.725	2.774
Alunos c/Bolsa Integral Subtraída a Proporção 1/9 Exigida	(=)	1.438	1.578
Proporção 1/5			
Exigência na Proporção 1/5 – N° de Alunos Pagantes Dividido por 5	(-)	2.316	2.152
Total de Bolsas PROUNI Concedidas Ponderadas	(+)	2.725	2.774
Total de Bolsas Concedidas Ponderadas Subtraída a Proporção 1/5 Exigida	(=)	409	622

Conforme o quadro acima, verifica-se que a Entidade atendeu plenamente o Termo de Adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), estando a aplicação da gratuidade em conformidade com a Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, com base na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes na Educação Superior, no 1º e 2º semestres de 2025.

O programa próprio de bolsas Integrais, denominado Sementes, é uma iniciativa que busca conectar oportunidades de acesso ao Ensino Superior a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, disponibilizando vagas para os cursos de graduação a distância, onde os candidatos que concorrerem a bolsa, precisam ter renda familiar mensal per capita bruta de até um salário-mínimo e meio, ter diploma do Ensino Médio e ter realizado o exame do Enem, não podendo concorrer aqueles que já tenham diploma de curso superior ou vínculo prévio com a PUCRS nos cursos de graduação.

13. Gratuidade na Política de Assistência Social

As atividades direcionadas à Política de Assistência Social, como uma política pública, de atenção e de defesa de direitos, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, foram realizadas através de ações de coordenação, planejamento, elaboração, assessoramento e execução de serviços, programas e projetos na área de Assistência Social, caracterizada em Atendimento e Assessoria e Defesa e Garantia de Direitos, conforme o artigo 3º LOAS.

Em 2025 foi executado o Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos como prevê a Resolução 27/2011 que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da política de assistência social, executando programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças e na defesa e

efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos dirigidos ao público da política de assistência social através do Programa de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

As atividades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos compõem o conjunto de ações ofertadas pela política pública de assistência social articulada à rede socioassistencial, por possibilitarem a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa, no campo socioassistencial, a criação de espaços para a defesa dos direitos socioassistenciais, bem como o fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário. Sendo assim a Resolução 27/2011 caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da política de assistência social.

O Programa de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos da UBEA tem como uma das finalidades, o serviço da formação, informação para os usuários e demais atores sociais envolvidos nas políticas públicas, principalmente nas áreas da assistência social e da criança e do adolescente, realizadas ações direcionadas para conselheiros, gestores, técnicos, usuários (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) e população em geral, buscando proteção social e garantia de direitos, tendo, em 2025, atendido de forma gratuita, continuada, permanente e planejada, atendidos e atendimentos, conforme tabela abaixo:

Número total de atendidos	6.892
Número total de atendimentos	7.900
Percentual da gratuidade	100%

Nas participações de ações na Defesa e Garantia de Direitos da UBEA/PUCRS na área da Criança e do Adolescente e da Política de Assistência Social, tivemos representações institucionais através de reuniões virtuais e presenciais no ano de 2025 na Defesa e Garantia de Direitos, tendo como objetivos a serem atingidos, ampliar o conhecimento público sobre a política de assistência social, subsidiar a intervenção nas instâncias e espaços de participação democrática.

As ações são realizadas de segunda a sexta-feira, e finais de semana quando necessário, no turno da manhã e/ou tarde de janeiro a dezembro/2025 -12 meses, onde as formas de acesso dos usuários são por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamento da rede socioassistencial, onde os usuários são convidados a participarem das reuniões, seminários, formações e/ou qualquer outra ação realizada através de divulgação na rede de atendimento socioassistencial, também existindo a procura espontânea e encaminhamentos do CRAS e CREAS e dos espaços de controle social para participar das ações.

Na interlocução com CRAS e CREAS houve articulação, com reuniões mensais com a rede socioassistencial na região de atuação. Também realizamos parcerias com os CRAS e CREAS nas execuções de oficinas e palestras para os usuários e trabalhadores. Participamos das reuniões virtuais e presenciais da rede Socioassistencial no ano de 2025.

O público atendido, são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários, movimentos sociais, controle social, bem como estudantes, pesquisadores, gestores, trabalhadores em geral, conselheiros e entidades/organizações da sociedade civil com atuação preponderante ou não na Política de Assistência Social, desta forma no ano de 2025 tivemos abrangência no município de Porto Alegre e nos municípios onde a atividade é desenvolvida.

Os projetos foram selecionados através da procura espontânea das organizações de forma democrática, adotando um critério de seleção, para que o projeto seja na área da política de assistência social e direcionado para usuários, trabalhadores e organizações da sociedade civil/entidades, com ações amplas e planejadas, alinhado com representantes de usuários trabalhadores e entidades, onde são definidos os temas a serem discutidos. Também realizamos assessoramento ao Conselho Municipal de Assistência Social no âmbito da Política de Assistência Social na formação dos usuários, organizações da sociedade civil/entidades e trabalhadores com o Tema Assistência Social.

Os Recursos humanos que atuam nas atividades, são basicamente por celetistas, contratos de trabalho e voluntariado, assim como os recursos financeiros para realização das atividades e ações são próprios de forma continuada, permanente e planejadas, não existindo pagamento das atividades, pelos usuários, sendo os valores aplicados, na área de Assistência Social representaram um custo de R\$ 141.379,66 em 2025 (R\$ 208.466,76 em 2024).

14. Gratuidade na Saúde

O Hospital São Lucas da PUCRS é uma instituição filantrópica, universitária, de referência assistencial e conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), atuando de forma ampla na atenção especializada e contribuindo para a formação de profissionais da saúde, bem como para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Integrado à rede assistencial do SUS, o hospital presta suporte estratégico ao gestor público, especialmente na média e alta complexidade, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de resolução da rede e para a referência hospitalar dos casos que demandam atendimento especializado.

O Hospital São Lucas da PUCRS possui 415 leitos cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sendo 70 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 345 leitos distribuídos entre Clínica Geral, Cirurgia Geral, Hospital Dia e Psiquiatria. Desse total, 203 leitos (48,9%) encontram-se disponibilizados para atendimento ao SUS, conforme base CNES na competência de dezembro de 2025.

A apuração da prestação de serviços ao SUS observa a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, o Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, e a Portaria de Consolidação nº 1 de 28 de setembro de 2017, atualizada pela Portaria GM/MS nº 7.325, de 26 de junho de 2025, sendo realizada com base no total de internações hospitalares e no total de atendimentos e procedimentos ambulatoriais registrados nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, especialmente o SIA/SUS, o SIH/SUS e a CIHA.

Para fins de cálculo, as internações hospitalares são mensuradas por paciente-dia, e os atendimentos ambulatoriais são considerados na forma da regulamentação vigente, observado o limite máximo de 10% para o componente ambulatorial. Ao percentual apurado da produção hospitalar foram acrescidos 10,00% relativos ao componente ambulatorial e 4,50% referentes às ações de saúde prioritárias desenvolvidas pela instituição.

No exercício de 2025, o Hospital São Lucas da PUCRS atingiu o percentual de 65,49% de prestação de serviços ao SUS, conforme demonstrado a seguir.

Gratuidade na Saúde - Relatório 2025

Tipo	Pacientes-dia		Atendimentos Ambulatoriais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não SUS	70.359	49,01%	731.394	10,00%
SUS	73.206	50,99%	595.258	
Total	144.105	100,00%	1.326.652	
Ações de Saúde Prioritárias		%	Portaria	
Rede de Atenção às Urgência		1,50%	Pt GM/MS nº 2041 de 17/07/2018; Pt SAES/MS nº 474 de 22/04/2021	
Rede de Atenção Oncológica		1,50%	Pt SAS/MS nº 102 de 03/02/2012	
Hospital de Ensino		1,50%	Pt GM/MS Interministerial nº 285 de 24/03/2025	
Total		4,50%		
Total Geral			65,49%	

A isenção da cota patronal na área da Saúde, montou em R\$ 53.766.177,08 (R\$ 47.157.215,14 em 2024), tendo o valor referente a isenção da COFINS, representado R\$1.355.350,01 (R\$ 1.012.812,15 em 2024), registrada nas contas de resultado.

15. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto pelo patrimônio social, superávits e déficits dos períodos e pela reserva de reavaliação dos imóveis.

Em 16 de abril de 2024 foi deliberado a integralização do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ao patrimônio social, no valor R\$ 118.360.200,82.

16. Subvenções

São convênios para aquisição de investimentos ou custeio, firmados diretamente ou indiretamente com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento nas áreas da Educação, Saúde e Assistências Social, assim como verbas parlamentares, para atendimentos as finalidades Institucionais.

As subvenções de custeio, recebidas por meio de convênios com órgãos de governo e empresas públicas, foram reconhecidas no resultado do exercício conforme sua realização, representando R\$ 21.763.461,56 (R\$ 28.218.322,43 em 2024). Já as subvenções de investimentos, foram reconhecidas no resultado do exercício à medida de sua realização/doação, somando R\$ 28.872.937,52 (R\$ 43.323.334,19 em 2024).

a) Subvenções a Receber com Restrição:

	2025	2024
Subvenções a Receber – Órgãos Públicos e Privados	119.500.081,41	149.594.507,30
Importações em Andamento Convênios	408.851,80	6.068.329,30
Total	119.908.933,21	155.662.836,60

b) Subvenções a Realizar com Restrição:

	2025	2024
Convênios – Órgãos Públicos e Privados	264.469.357,20	232.424.299,05
Convênios Vila Fátima	4.061.701,28	5.640.853,64
Convênios Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	15.066.467,47	12.590.458,49
Convênios Lei de Informática	6.079.045,96	5.689.748,74
Outros Convênios	92.840,38	565.902,63
Total	289.769.412,29	256.911.262,55

17. Direitos, Obrigações e Resultado Por Atividade

Conforme a Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, por atuar em mais de uma área, a Entidade mantém escrituração contábil, das receitas, custos e despesas, patrimônio e aplicação dos recursos, segregada por área, evidenciando a operacionalidade de cada atividade, tendo a seguinte composição:

Balanco Patrimonial por Atividade em 31 de dezembro de 2025 (EM R\$)

	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ATIVIDADES DE APOIO	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	354.643.458,66	38.085.506,27	71.904.948,36	464.633.913,29	336.945.386,21
Mensalidades a Receber	261.962.384,14	-	-	261.962.384,14	262.146.528,70
Crédito Educativo a Receber	10.151.159,71	-	-	10.151.159,71	44.452.772,35
Contas Hospitalares	-	117.092.034,48	-	117.092.034,48	99.286.472,12
Outras Contas a Receber	75.567.798,14	5.507.597,11	4.444.535,28	85.519.930,53	105.468.734,26
Subvenções a Receber com Restrição	54.338.626,05	51.219.249,93	14.351.057,23	119.908.933,21	155.662.836,60
(-) Perdas Estimadas em C.L. Duvidosa	-	-	-	-	-
Estoques	4.531.951,70	14.676.325,60	-	19.208.277,30	16.147.479,12
Despesas Antecipadas	1.099.517,56	43.180,69	-	1.142.698,25	1.450.253,63
-	762.294.895,96	226.623.894,08	90.700.540,87	1.079.619.330,91	1.021.560.462,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	9.842.246,85	-	-	9.842.246,85	9.832.632,36
Mensalidades a Receber	21.791.774,66	-	-	21.791.774,66	12.747.673,33
Créditos Educativos a Receber	197.605.809,90	-	-	197.605.809,90	196.984.705,85
Operações Entre Filiais	253.078.375,53	-	74.460.860,59	327.539.236,12	288.253.796,03
Despesas Antecipadas	1.832.916,76	-	-	1.832.916,76	1.936.666,72
Outras Contas a Receber	907.183,53	8.428.356,14	19,23	9.335.558,90	21.867.654,31
Investimentos	1.642,59	37.893,03	237.136,82	276.672,44	276.672,44
Imobilizado	189.739.193,72	77.876.381,88	533.691.469,16	801.307.044,76	774.749.092,44
-	674.799.143,54	86.342.631,05	608.389.485,80	1.369.531.260,39	1.306.648.893,48
TOTAL DO ATIVO	1.437.094.039,50	312.966.525,13	699.090.026,67	2.449.150.591,30	2.328.209.356,47
PASSIVO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	129.249.901,34	65.235.485,87	195.031,68	194.680.418,89	188.812.216,73
Salários a Pagar	17.624.382,40	11.345.907,23	1.440,00	28.971.729,63	27.656.097,63
Obrigações Sociais	18.053.760,35	7.029.303,11	39.483,96	25.122.547,42	23.733.321,45
Obrigações Fiscais	907.699,22	929.730,21	5.748,20	1.843.177,63	1.921.923,70
Provisão de Férias	47.679.883,09	23.581.568,85	264.519,17	71.525.971,11	67.331.181,84
Empréstimos e Financiamentos	-	39.097.429,62	-	39.097.429,62	40.199.794,81
Subvenções a Realizar C/Restrição	137.536.362,28	72.602.998,35	79.630.051,66	289.769.412,29	256.911.262,55
Outras Obrigações	874.285,78	2.299.846,31	27.409,81	3.201.541,90	4.290.090,91
Receitas a Apropriar	114.844.360,95	3.041.331,27	-	117.885.692,22	119.920.756,86
-	466.770.635,41	225.163.600,82	80.163.684,48	772.097.920,71	730.776.646,48
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	23.591.111,83	-	-	23.591.111,83	24.565.228,90
Empréstimos e Financiamentos	15.026.212,35	88.143.398,85	-	103.169.611,20	132.285.274,49
Operações Entre Filiais	-	327.539.236,12	-	327.539.236,12	288.253.796,03
Provisão para Contingências	24.136.691,59	76.986.340,97	-	101.123.032,56	85.111.659,99
Bens em Comodato	609.614,40	-	-	609.614,40	609.614,40
Outras Obrigações	3.412.103,05	7.569.609,60	144.610,01	11.126.322,66	9.746.958,19
Receitas a Apropriar	15.634.867,37	12.925.657,97	-	28.560.525,34	36.871.487,18
-	82.410.600,59	513.164.243,51	144.610,01	595.719.454,11	577.444.019,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio Social	768.374.522,37	-	368.125.840,01	797.334.069,92	674.418.244,90
Reserva de Reavaliação	-	222.654.620,89	397.085.387,56	222.654.620,89	227.210.245,09
Superavit/Déficit do Período	119.538.281,13	-	57.235.479,19	61.344.525,67	118.360.200,82
-	887.912.803,50	425.361.319,20	618.781.732,18	1.081.333.216,48	1.019.988.690,81
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.437.094.039,50	312.966.525,13	699.090.026,67	2.449.150.591,30	2.328.209.356,47

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 - Segregados Por Atividade:

	EDUCAÇÃO		SAÚDE		ATIVIDADES DE APOIO		TOTAL	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	937.472.985,47	884.957.515,01	584.469.276,78	530.908.017,32	0,00	0,00	1.521.942.262,25	1.415.865.532,33
Receitas de Serviços	937.472.985,47	884.957.515,01	584.469.276,78	530.908.017,32			1.521.942.262,25	1.415.865.532,33
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	158.841.886,01	152.557.175,28	12.043.368,35	14.242.172,61	0,00	0,00	170.885.254,36	166.799.347,89
Programa de Benefício/PROUNI	83.371.180,65	82.218.262,71	-	-	-	-	83.371.180,65	82.218.262,71
Outros Benefícios	72.416.242,73	66.422.242,69	-	-	-	-	72.416.242,73	66.422.242,69
Devoluções/Cancelamentos	3.054.462,63	3.916.669,88	12.043.368,35	14.242.172,61	-	-	15.097.830,98	18.158.842,49
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	778.631.099,46	732.400.339,73	572.425.908,43	516.665.844,71	0,00	0,00	1.351.057.007,89	1.249.066.184,44
(-) CUSTO PROD/MERC/SERVIÇOS	657.059.958,71	614.184.984,05	541.066.236,37	477.289.936,18	158.972,34	2.584.228,78	1.198.285.167,42	1.094.059.149,01
Pessoal e Encargos	412.048.586,21	380.622.108,41	255.597.466,21	233.643.590,27	2.102.846,54	4.272.772,03	669.748.898,96	618.538.470,71
Congregacionais	3.476.085,28	3.528.105,60	655.496,28	-	-4.131.581,56	-3.528.105,60	0,00	0,00
Materiais	14.491.366,33	10.846.907,41	195.414.035,17	161.391.124,78	43.591,19	38.945,58	209.948.992,69	172.276.977,77
Gratuidade Usufruida	98.318.527,55	86.439.923,46	55.121.527,09	48.170.027,29	462.705,54	524.820,27	153.902.760,18	135.134.771,02
(-) Gratuidade Recebida	- 98.318.527,55	- 86.439.923,46	- 55.121.527,09	- 48.170.027,29	- 462.705,54	- 524.820,27	-153.902.760,18	-135.134.771,02
Gastos de Operações e Serviços	227.043.920,89	219.187.862,63	89.399.238,71	82.255.221,13	2.144.116,17	1.800.616,77	318.587.275,77	303.243.700,53
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL BRUTO	121.571.140,75	118.215.355,68	31.359.672,06	39.375.908,53	-158.972,34	-2.584.228,78	152.771.840,47	155.007.035,43
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	177.698.606,99	145.745.360,51	91.368.120,22	73.690.525,43	9.653.610,74	10.316.071,00	278.720.337,95	229.751.956,94
Gastos com Manutenção	82.733.242,93	72.819.289,90	41.159.261,94	41.691.029,93	3.542.015,58	2.515.192,64	127.434.520,45	117.025.512,47
Assistência Social	141.379,66	208.466,76	-	-	-	-	141.379,66	208.466,76
Depreciação	32.705.757,63	29.086.228,33	12.271.895,10	11.574.994,89	1.670.198,50	1.761.725,54	46.647.851,23	42.422.948,76
Perdas Estimadas em C.L. Duvidosa	36.358.322,74	8.534.948,99	9.750.142,36	7.057.525,51	43.025,80	-	46.151.490,90	15.592.474,50
Provisão Para Contingência	8.397.253,33	12.917.256,92	28.184.380,82	13.366.975,10	-	-	36.581.634,15	26.284.232,02
Despesas de Subvenção com Restrição	17.362.650,70	22.179.169,61	2.440,00	-	4.398.370,86	6.039.152,82	21.763.461,56	28.218.322,43
(+) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	62.084.525,82	49.944.308,27	-27.605.686,05	-26.645.532,68	39.683,32	-40.316,74	34.518.523,09	23.258.458,85
(-) Despesas Financeiras	3.548.193,98	2.182.637,91	31.636.072,83	30.133.642,97	4.822.900,79	4.573.713,10	40.007.167,60	36.889.993,98
(+) Receitas Financeiras	65.632.719,80	52.126.946,18	4.030.386,78	3.488.110,29	4.862.584,11	4.533.396,36	74.525.690,69	60.148.452,83
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	113.581.221,55	97.285.159,41	30.378.655,02	28.090.788,53	8.814.623,49	44.470.715,54	152.774.500,06	169.846.663,48
Convênios - Ensino	4.890.305,88	6.739.139,92	19.800,00	65.135,00	-	-	4.910.105,88	6.804.274,92
Receitas de Subvenção C/Restrição	17.362.650,70	22.179.169,61	2.440,00	-	4.398.370,86	6.039.152,82	21.763.461,56	28.218.322,43
Outras Receitas	91.328.264,97	68.366.849,88	30.356.415,02	28.025.653,53	4.416.252,63	38.431.562,72	126.100.932,62	134.824.066,13
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL LIQUIDO	119.538.281,13	119.699.462,85	-57.235.479,19	-32.869.361,05	-958.276,27	31.530.099,02	61.344.525,67	118.360.200,82

Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2025 por Atividade - Método Indireto (EM R\$)

	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ATIVIDADES DE APOIO	2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Superávit/Déficit do Período	119.538.281,13	-57.235.479,19	-958.276,27	61.344.525,67
Ajuste para Conciliar o Superávit/Déficit do Exercício às Atividades Operacionais:				
Depreciação e Amortização	32.705.757,63	12.271.895,10	1.670.198,50	46.647.851,23
Custo de Bens Baixados e Incorporação de Bens - Projetos de Pesquisa	212.037,54	287.411,60	1.126.184,70	1.625.633,84
Assistencia Recebida/ Doações e Subvenções	-26.235.603,22	-480.350,44	0,00	-26.715.953,66
Operação entre unidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25.936.280,25	8.961.523,55	12.645,86	34.910.449,66
Provisão para Contingências	2.914.227,55	13.097.145,02	0,00	16.011.372,57
Juros Apropriados - Empréstimos Terceiros	374.427,46	20.962.197,73	0,00	21.336.625,19
Juros Apropriados - Empréstimos Internos	-8.354.794,60	8.354.794,60	0,00	0,00
Congregacionais	3.476.085,28	655.496,28	-4.131.581,56	0,00
				0,00
Variações no Ativo e Passivo				
Aumento/Redução de Fornecedores	-8.195.079,21	13.249.753,17	-160.588,87	4.894.085,09
Aumento/Redução em Contas a Pagar	-5.296.042,38	2.011.126,18	50.606,35	-3.234.309,85
Aumento/Redução em Contas a Receber	8.941.228,15	-27.519.248,28	622.111,91	-17.955.908,22
Aumento/Redução em Estoques	-553.473,58	-2.507.324,60		-3.060.798,18
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	145.463.332,00	-7.891.059,28	-1.768.699,38	135.803.573,34
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições	-29.832.069,07	-16.220.154,93	-2.063.259,73	-48.115.483,73
Investimento				0,00
Recebimento pela Venda de Ativo Imobilizado			22.952.652,50	22.952.652,50
Tranferência de Aplicações do Longo Prazo	-9.614,49			-9.614,49
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	- 29.841.683,56	- 16.220.154,93	20.889.392,77	- 25.172.445,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	6.100.000,00	0,00		6.100.000,00
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		-40.305.849,68		-40.305.849,68
Juros Pagos	-363.983,05	-16.984.820,94		-17.348.803,99
Financiamentos Interno	-55.633.063,61	68.144.303,82	-12.511.240,21	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	- 49.897.046,66	10.853.633,20	- 12.511.240,21	- 51.554.653,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE CONVÊNIOS	24.921.854,82	- 1.320.819,40	45.011.017,71	68.612.053,13
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	90.646.456,60	-14.578.400,41	51.620.470,89	127.688.527,08
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período:	263.997.002,06	52.663.906,68	20.284.477,47	336.945.386,21
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Período:	354.643.458,66	38.085.506,27	71.904.948,36	464.633.913,29
TOTAL LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	90.646.456,60	-14.578.400,41	51.620.470,89	127.688.527,08

Nesta demonstração, as receitas e despesas entre mantidas estão registradas em cada atividade, eliminadas na Demonstração dos Resultado dos Períodos.

18. Aplicação em Gastos com Pessoal

No ensino superior, a Entidade possui as receitas adequadas às despesas com pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação, e regulamentação complementar, contida na IN SRF 133/98, segregados conforme a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	999.810.510,36	937.691.899,13
Receita Bruta Educação	937.472.985,47	884.957.515,01
Receita Bruta de Atividades Complementares	62.337.524,89	52.734.384,12
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	158.841.886,01	- 152.557.175,28
(-) CUSTOS SERVIÇOS EAD	182.396.558,95	- 179.040.303,61
(=) RECEITA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	658.572.065,40	606.094.420,24
APLICAÇÃO EM GASTOS C/ PESSOAL	418.259.167,64	386.672.710,86
Aplicação – (%) sobre Rec. Líquida	63,51%	63,80%

19. Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos Aplicações Financeiras	34.731.568,14	21.099.821,90
Atualização de Ativos	31.222.728,10	30.930.385,86
Descontos Obtidos	1.130.407,32	876.319,17
Encargos Sobre Semestralidade Escolar	2.662.183,01	2.854.809,01
Outras Receitas	4.778.804,12	4.387.116,89
	74.525.690,69	60.148.452,83
Despesas Financeiras		
Juros Sobre Empréstimos e Financiamentos	(34.726.899,43)	(32.799.597,12)
Desconto Duplicatas	(1.160.169,50)	(1.245.306,87)
Taxas Diversas	(3.476.381,85)	(1.675.205,04)
Despesas Crédito Universitário	(193.705,35)	(387.698,53)
Juros E Multas	(341.845,38)	(559.096,63)
Outras Despesas	(108.166,09)	(223.089,79)
	(40.007.167,60)	(36.889.993,98)

20. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Nesta rubrica estão registradas as receitas com aluguéis, donativos recebidos, receitas com taxas de biblioteca e ingressos do museu, bem como aquelas originadas da venda de mercadorias e bens do ativo imobilizado.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxas Administrativas de Convênios e Parcerias	23.200.362,05	14.576.621,90
Locações Espaços	39.581.838,08	36.234.009,08
Ressarcimentos	5.819.988,95	7.711.154,58
Doações e Donativos (*)	32.573.199,07	47.480.406,21
Resultado Líquido da Venda de Ativo	1.216.560,60	10.473.043,68
Receitas De Atividades Operacionais	12.388.206,78	7.235.566,5
Total	114.780.155,53	123.710.801,95

(*) As doações oriundas de entes privados destinados ao custeio totalizaram R\$ 3.700.261,55 em 2025 (R\$ 4.157.072,02 em 2024). E as subvenções de investimentos, reconhecidas no resultado do exercício no valor de R\$28.872.937,52 (R\$ 43.323.334,19 em 2024).

21. Seguros

Os seguros mantidos pela Entidade, para os bens móveis e imóveis, são considerados suficiente, para cobrir eventuais danos, estando segregados da seguinte forma:

Seguradora	Vencimento da Apólice	Objeto do Seguro	Valor Segurado
Tokio Marine Seguradora	16/05/2026	Seguro de veículos	Valor de Mercado
Axa Seguros S/A	20/01/2027	Compreensivo Empresarial	1.895.133.686,62
Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais	02/01/2026	Seguro de veículos - Motos	Valor de Mercado
Icatu Seguros S/A	30/11/2026	Acidentes Pessoais	30.000,00
Axa Seguros S/A	17/11/2026	Seguro de Sala SP	1.000.000,00
Axa Seguros S/A	20/01/2027	Responsabilidade Civil	1.000.000,00

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

Odilmar José Civa Fachi
Presidente

Déo Luis da Silva
Contador CRCRS nº 44.723